



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Rio de Janeiro (RJ), 20 de maio de 2016.

Discurso do Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, na abertura do XVIII Seminário Anual de Metas para a Inflação

Senhoras e senhores.

É com grande satisfação que dou início aos trabalhos do terceiro dia desta edição do Seminário de Metas para a Inflação do Banco Central do Brasil.

Como nas edições anteriores, o evento deste ano certamente deixará importantes contribuições para a contínua evolução do regime de metas para a inflação brasileiro – prestes a completar dezessete anos.

Pessoalmente, tenho a dupla satisfação de ter participado do seu desenvolvimento desde o início e, também, de constatar o reconhecimento de sua importância pela sociedade brasileira.

Lembro que, desde os seus primórdios, tínhamos a clara percepção de que o regime de metas brasileiro deveria incorporar as recomendações da literatura e as melhores práticas internacionais.

Somente dessa forma o país poderia se beneficiar da simplicidade, da transparência, da flexibilidade e da fácil aferição, pela sociedade, dos resultados desse sistema para a gestão da política monetária.

Em algumas ocasiões no passado, a efetividade do regime de metas em si chegou a ser contestada, especialmente em nível internacional. Isso ocorreu, por exemplo, no período pós-crise financeira global, diante da presença da restrição do limite inferior para a taxa de juros. Nessa época, arranjos como metas para o PIB nominal ou para o nível de preços chegaram a ser apresentadas, sem sucesso, como alternativas para substituírem o regime de metas para a inflação.

Ao fim e ao cabo, nenhuma autoridade monetária que já fazia uso desse sistema institucional abdicou de seu uso após a crise. Pelo contrário, nesse período, testemunhamos a incorporação de elementos desse arcabouço por importantes bancos centrais, por exemplo, por meio da definição de valores numéricos como objetivo para a política monetária.

No cenário internacional, penso que podemos concluir que o regime de metas hoje encontra amplo apoio nas mais diferentes jurisdições.

No Brasil, em uma análise retrospectiva, considero que o regime de metas, adotado pelo país como um dos pilares do tripé macroeconômico que sustentou a estabilização e o crescimento, também superou críticas e vem prestando um bom serviço à nação.

A robustez do regime foi testada e aprovada em vários ciclos monetários nos últimos anos, sob os mais diferentes cenários econômicos e sob a influência de fatores não econômicos que, por vezes, se mostraram bastante severos.

Seja no ciclo imediatamente posterior à adoção desse regime, quando o país enfrentou um período conturbado pós-adoção do regime de câmbio flutuante, na esteira de uma crise de balanço de pagamentos, seja em ciclos de crescimento econômico ou, ainda, em fases desafiadoras, a manutenção dos princípios do regime permitiu que a inflação fosse mantida sob controle.

Ainda que, em algumas aferições anuais, a inflação tenha ultrapassado o limite superior do intervalo de tolerância definido pelo Conselho Monetário Nacional, situação prevista e administrável no âmbito do próprio regime de metas, a inflação em si jamais fugiu ao controle do Banco Central nesses dezessete anos do regime de metas.

Outro desafio importante para o regime de metas foi a ampliação da missão de vários bancos centrais após a crise financeira internacional, no sentido de incorporar o objetivo da estabilidade financeira aos seus respectivos mandatos.

Nesses casos, o receio foi de que fossem apagadas as linhas que separam as ferramentas e os objetivos das políticas monetária, de um lado, e macroprudencial, de outro, o que poderia levar à interpretação de que medidas voltadas para a consecução da estabilidade de preços buscariam a preservação da estabilidade financeira ou vice-versa, com sérios riscos de que ruídos de comunicação afetassem as expectativas dos agentes em relação, por exemplo, à inflação.

No Brasil, adotamos claramente o princípio da separação, com a política monetária se destinando exclusivamente à consecução da estabilidade de

preços e a política macroprudencial tendo por foco a preservação da estabilidade financeira. Dessa forma, melhor atendemos ao princípio de Tinbergen e, com isso, diminuimos ruídos na implementação de ambas as políticas a cargo do Banco Central.

Em resumo, reputo que a consolidação do regime de metas para a inflação em nosso sistema de política econômica é uma grande conquista, um verdadeiro bem público para a sociedade brasileira.

Nesse sentido, o Banco Central, em seu esforço contínuo para aprimorar a condução da política monetária, promove anualmente este importante fórum de divulgação de estudos, de debates e de troca de experiências entre profissionais que se interessam pelas políticas voltadas para a consecução da estabilidade macroeconômica.

A participação das senhoras e dos senhores é condição indispensável para o reiterado sucesso desse evento anual.

Por isso, quero agradecer, em nome do Banco Central, a todos os expositores e moderadores pela participação neste Seminário e, antecipadamente, pela generosidade em compartilhar conhecimento.

Gostaria também de agradecer o Diretor de Política Econômica, Altamir Lopes, o chefe do Departamento de Estudos e Pesquisas, Eduardo José Araújo Lima, o Secretário-Executivo, Márcio Ayrosa, e suas respectivas equipes pela dedicação na organização deste evento.

Por fim, tenho o prazer em passar a palavra para o Vice Gerente Geral do Banco de Compensações Internacionais, o BIS, Luiz Awazu Pereira da Silva, para que ele possa fazer a palestra de abertura deste último dia do Seminário de Metas para a Inflação.

Luiz Pereira obviamente dispensaria apresentação, mas permitam-me ressaltar apenas algumas de suas contribuições para o país.

Na década passada, Luiz Pereira foi Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda e chefe da Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Suas contribuições para o Banco Central do Brasil se iniciaram em abril de 2010. Nesta casa, foi Diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos, entre 2010 e 2015, Diretor de Regulação do Sistema Financeiro, entre 2011 e 2015, e, por fim, Diretor de Política Econômica até se juntar ao BIS, em setembro de 2015.

À frente dessas diretorias, Luiz Pereira contribuiu decisivamente para a consolidação da inserção internacional do Banco Central, para a adoção de importantes evoluções regulatórias, com destaque para o Acordo de Basileia III, e, finalmente, para liderar a condução da política econômica em seu último período nesta Casa.

Luiz também possui larga experiência em organismos internacionais, consolidada nos dois períodos em que atuou no Banco Mundial.

Desde outubro de 2015, ocupa a distinta posição de Vice Gerente Geral do BIS, sendo o primeiro representante de um país emergente a assumir posto dessa envergadura nesse importante organismo internacional.

Senhoras e senhores,

É com grande satisfação que convido Luiz Awazu Pereira da Silva para proferir suas palavras.